



Pedra do Sal - RJ

História:

A comunidade remanescente de quilombo da Pedra do Sal localiza-se na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, em um território historicamente conhecido como Pequena África, espaço central para a formação da cultura afro-brasileira urbana. Sua ocupação remonta ao período colonial, quando a área era denominada Prainha e abrigava pescadores, trabalhadores do sal e pequenos comerciantes, que se beneficiavam da proximidade com o litoral e das rotas marítimas que conectavam o porto à dinâmica econômica da cidade.

A partir de meados do século XVIII, a região passou por profundas transformações. O crescimento do número de trapiches, armazéns e casas comerciais integrou progressivamente a Prainha à vida econômica do Rio de Janeiro. Esse processo foi intensificado durante a administração do segundo Marquês do Lavradio, Dom Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas (1729-1790), que definiu o entorno da Pedra do Sal como principal espaço de desembarque e comércio de africanos escravizados. A escolha do local, relativamente afastado do centro urbano, visava manter distante da cidade formal um comércio marcado pela violência extrema, pela insalubridade e pela morte.

Entre aproximadamente 1760 e a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu oficialmente o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, a região do Valongo consolidou-se como o maior mercado de pessoas escravizadas das Américas. O Cais do Valongo tornou-se o principal cenário de chegada, venda e redistribuição de africanos escravizados, articulando o porto do Rio de Janeiro às dinâmicas econômicas do tráfico e da escravidão em todo o território brasileiro. Em reconhecimento a esse passado, o Cais do Valongo foi inscrito como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017. Mais recentemente, a Lei nº 15.203 reconheceu o sítio arqueológico como patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro essencial à formação da identidade nacional, estabelecendo diretrizes específicas para sua proteção e salvaguarda.

A presença negra na região, contudo, não se restringia aos africanos recém-desembarcados. Africanos livres, libertos e negros nascidos no Brasil circulavam intensamente pelo entorno da Prainha, exercendo múltiplas atividades ligadas direta ou indiretamente ao tráfico: carregadores, estivadores, trabalhadores dos trapiches, cozinheiras, curandeiros e coveiros. Um dos espaços mais emblemáticos dessa experiência foi o Cemitério dos Pretos Novos, destinado ao sepultamento de africanos que não resistiam à travessia atlântica, evidenciando a brutalidade do sistema escravista. Atualmente, o local abriga o Instituto Pretos Novos, que preserva o sítio arqueológico e desenvolve pesquisas em parceria com o Museu Nacional. Entre os achados, destaca-se o esqueleto de uma jovem mulher, datado de cerca de dois séculos, carinhosamente nomeada Josefina Bakhita, considerado o primeiro esqueleto encontrado íntegro no sítio, resultado de escavações coordenadas por pesquisadores da UFRJ.

Mesmo após o fechamento oficial do Valongo, a população negra permaneceu fortemente presente na região da Pedra do Sal e da Prainha, uma vez que muitos trabalhadores escravizados e libertos continuaram atuando no porto, sobretudo como carregadores e estivadores, mantendo vínculos históricos, sociais e territoriais com o local.

Ao longo do século XIX, a paisagem urbana foi profundamente modificada por obras de aterro e remodelação da zona portuária. Foram construídos novos cais, abertas vias como a rua nova de São Francisco da Prainha — correspondente a um trecho da atual rua Sacadura Cabral — e grande parte da formação rochosa original da Pedra da Prainha foi cortada. Essas intervenções foram realizadas majoritariamente por trabalhadores escravizados, evidenciando o papel central da mão de obra negra na construção material da cidade do Rio de Janeiro.

No período pós-abolição, a região continuou a atrair trabalhadores pobres em busca de emprego no porto. Ex-escravizados, seus descendentes e migrantes vindos da Bahia e do Vale do Paraíba passaram a compor a população local, dando origem a uma intensa vida comunitária marcada por práticas culturais, religiosas e associativas de matriz africana. Foi nesse contexto que o sambista Heitor dos Prazeres consagrou simbolicamente a denominação Pequena África, reconhecendo a centralidade do território para a cultura negra urbana, o samba, as religiões afro-brasileiras e as redes de solidariedade comunitária.

Além de sua relevância histórica, a Pedra do Sal obteve reconhecimento institucional como patrimônio cultural ainda nos anos 1980. O sítio foi tombado provisoriamente em 23 de novembro de 1984 e teve seu tombamento definitivo consolidado em 27 de abril de 1987, por meio de resolução do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. Esse ato reconheceu a Pedra do Sal como patrimônio afro-brasileiro de caráter singular, não apenas como um bem material, mas como um espaço simbólico vivo, associado às tradições culturais negras, à religiosidade afro-brasileira e à história do samba carioca. O tombamento representou um marco na valorização da memória negra na cidade, ao afirmar a legitimidade histórica e cultural da Pequena África e de seus sujeitos.

Apesar dessa importância, a população negra da região foi alvo de sucessivos processos de expulsão, associados sobretudo às políticas de urbanização e às disputas fundiárias. Um dos principais conflitos envolveu a Venerável Ordem Terceira da Penitência (VOT), que desde a década de 1830 reivindicava a posse de imóveis situados entre a igreja de São Francisco da Penitência e a Pedra do Sal. Essa reivindicação foi formalmente atendida apenas no início do século XX, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro realizou a doação das propriedades à Ordem.

Durante décadas, muitas famílias negras permaneceram vivendo nesses imóveis, pagando aluguéis simbólicos, em função do caráter filantrópico então assumido pela VOT. Essa situação se alterou profundamente a partir da década de 1990, quando a Ordem modificou seu perfil administrativo e promoveu aumentos expressivos nos valores dos aluguéis, medida percebida pelos moradores como uma estratégia de expulsão indireta.

Os conflitos se intensificaram em 2002, com a implementação do projeto “Humanização do Bairro”, promovido pela VOT, que resultou no despejo de cerca de 30 famílias, majoritariamente negras. Em resposta, lideranças culturais e comunitárias da região, articuladas em torno do projeto “Sal do Samba”, fortaleceram a mobilização política e social em defesa da permanência no território. Dessa articulação surgiu a **ARQPEDRA - Associação

de Resistência Quilombola da Pedra do Sal.

Foi a partir desse processo de resistência que as famílias ameaçadas de remoção se autodeclararam remanescentes de quilombo, acionando os instrumentos jurídicos e políticos previstos na Constituição Federal de 1988. A ARQPEDRA obteve a certificação oficial como comunidade remanescente de quilombo junto à Fundação Cultural Palmares em 2006. Desde então, segue em curso o processo administrativo de regularização e titulação do território quilombola da Pedra do Sal. Reconhecida também como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro por decreto municipal, a Pedra do Sal permanece como símbolo de resistência negra, de preservação da memória da escravidão e de afirmação do direito à cidade.

Município / Localização: Rio de Janeiro

Número de famílias: 25

Estágio no processo e regularização territorial: Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 20 de janeiro de 2006 - Processo: 01420.002981/2005-64 - Incra Processo: 54180.001957/2005-44 - RTID publicado no DOU em 31/11/2010.

Referência:

BARTHOLINI, Bruno. Escavações no Cemitério dos Pretos Novos revelam esqueleto feminino íntegro. Rio de Janeiro: Porto Maravilha, s.d.

BRASIL. Lei nº 15.203, de 11 de julho de 2024. Reconhece o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro essencial à formação da identidade nacional e estabelece diretrizes para sua proteção. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jul. 2024.

CATHARINA, Castro Alexandre. Acesso à justiça e direitos coletivos: análise da cultura jurídica brasileira a partir do caso da comunidade remanescente de quilombo da Pedra do Sal. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Pedra do Sal. Brasília, DF, 20 jan. 2006. Portaria publicada em fev. 2006.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Pedra do Sal: 25 anos de tombamento como patrimônio afro-brasileiro. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pedra-do-sal-25-anos-de-tombamento-como-patrimonio-afrobrasileiro/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônio e conflitos na zona portuária carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). Resolução nº 23, de 27 de abril de 1987. Dispõe sobre o tombamento definitivo da Pedra do Sal como patrimônio cultural afro-

brasileiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1987.

INSTITUTO PRETOS NOVOS. Cemitério dos Pretos Novos: memória, arqueologia e história da escravidão. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Relatório histórico-antropológico sobre o quilombo Pedra do Sal: em torno do samba, do santo e do porto. Rio de Janeiro: MDA/INCRA, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS TERRAS QUILOMBOLAS. Dados de terras quilombolas. Centro de Pesquisa e Iniciativas para os Direitos das Populações (CPISP). [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Cais do Valongo. Lista do Patrimônio Mundial. Paris, 2017. Disponível em: <https://whc.unesco.org>. Acesso em: 18 jan. 2026.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto de reconhecimento da Pedra do Sal como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s.d.

Redação: YABETA, Daniela. Quilombo Pedra do Sal (RJ). IN: Atlas do Observatório Quilombola. Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 06 de janeiro de 2026.

Pesquisa(s): Caio Lima; Daniela Yabeta; Maria Eduarda Goulart

Mais informações: Daniela Yabeta é professora de História do Brasil no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) - Coordenadora do Observatório de História da Fronteira Sul (OHF-Sul).

Url: <https://koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/pedra-do-sal/1141>

Verbete atualizado em 18/01/2026